



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 94, DE 2003

Altera o inciso I do art. 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 208 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 208.

I – ensino fundamental obrigatório, gratuito e em período integral, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;” (NR)

Art. 2º Acrescente-se o parágrafo 8º ao art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:

“Art. 60.

§ 8º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser integralmente implementado de forma gradual pelo Estado até o ano de 2010.”(NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As medidas sociais mais eficientes contra a criminalidade são a distribuição justa da renda e a educação. Nos dois aspectos, o Congresso Nacional tem sido parceiro da sociedade no sentido de encontrar os caminhos para resolver seus proble-

mas, inclusive os mais aflitivos, eliminando-lhes as causas para evitar o sofrimento com as conseqüências. Foram do Legislativo Federal os projetos de renda mínima e de criação do Fundo de Combate à Pobreza, assim como as mais belas e eficientes iniciativas de semear conhecimento. Agora, é necessário instalar com urgência a Escola em Tempo Integral, que reúne todas as qualidades das melhores iniciativas contra o analfabetismo, a miséria, a violência e a chaga do milênio, as drogas. Nenhum governo, nos mais diferentes níveis, é contrário à implantação de tal modalidade de escola, há deles inclusive que marcam data para sua efetivação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prescreve sua instituição, mas é necessário que a Lei Maior a consagre para eliminar possíveis dúvidas de que o Congresso está divorciado da realidade.

Em virtude da urgência e da necessidade da matéria, a presente Proposta de Emenda à Constituição Federal (PEC) abarca o desejo dos educadores e livra dos pesadelos os pais que almejam para seus lares a paz garantida pelo futuro dos filhos na escola e pelo presente da escola com os filhos o dia inteiro. O ideal seria que todos tivessem Escola em Tempo Integral, dos 04 anos de idade (como propaga atualmente o Ministério da Educação) ao fim dos cursos de pós-graduação. Por diversos motivos, entre eles a pseudopriorização do tema, é ainda improvável que nos três níveis (municipal, estadual-distrital e federal) os governos revelem condições favoráveis para tal, apesar de possuírem-na, porém o Congresso Nacional pode obrigar a que façam pelo menos o mínimo planejado pelos educadores, ou seja, o ensino fundamental em tempo integral. De fato, é o menor dos mínimos, todavia nem essa ínfima atenção está sendo oferecida, com raríssimas e aplaudidas exceções. Assim, cabe ao Senado Federal

e à Câmara dos Deputados ouvirem a sociedade, já rouca de tanto bradar por esse direito.

Este projeto propõe uma pequena alteração capaz de revolucionar o ensino no Brasil, conforme já ocorreu em todos os países desenvolvidos do mundo. Por isso é que se afirma, com supedâneo na vasta experiência internacional, não existir desenvolvimento sem educação. A nação vai continuar patinando se a escolaridade média de seus adultos se mantiver nos quatro anos, contra a média de onze nos demais países. Fica cada vez mais difícil competir no mercado internacional sem que se globalize igualmente a educação. Até do ponto de vista econômico, é estratégico oferecer a escola em tempo integral, pois, além do extraordinário avanço social, dará lucro ao Estado. Ninguém, nem o povo nem as instituições, nem as pessoas físicas nem as jurídicas, perde ao aplicar na educação, área em que o gasto é sinônimo de investimento sem risco a curto, médio e longo prazos.

Existem verbas para se sair da quimera rumo à prática. O Ministério da Educação, conforme seu titular disse em audiência no Senado Federal, vai precisar de um incremento de apenas 1 bilhão de reais anualmente para antecipar sua meta de implantar a escola em tempo integral até 2007, um ano antes do que prevê a presente proposta. Por esse cálculo, se houvesse no caixa do Ministério 7 bilhões de reais específicos para esse fim, o próximo ano letivo poderia ser o primeiro da implantação da Escola em Tempo Integral. Portanto, o ano de 2008, como consta nesta PEC é, mais que razoável, suficiente para adaptar as unidades de ensino e os servidores da educação, além de não implicar gastos, pois trata-se de uma quantia irrisória (e já disponível no percentual previsto em lei), principalmente se comparada ao desperdício e aos rombos. Estudos, inclusive de entidades ligadas à Organização das Nações Unidas, estimam que de cada 10 reais que entram nos cofres públicos no Brasil, 4 escorrem pelo ralo das falhas de gerenciamento, da corrupção e do desvio. Vê-se que nunca faltou dinheiro, mas fiscalização, vontade política e bom senso, para que a incompetência e a desonestidade não turvassem o agora – e, agora, é vital não continuar repetindo os erros, principalmente o da omissão, somado ao rosário de desculpas de falta de dinheiro.

Segundo cálculos de especialistas, sequer é necessário alocar recursos, pois mesmo as verbas que já existem, na pessimista previsão de que não haverá destinação de novas para o setor, são suficientes para bancar os investimentos com a Escola em Tem-

po Integral. Bastariam decisões administrativas simples, como levar para as unidades de ensino os projetos existentes, como o de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Fome Zero (com suas diversas denominações nas unidades federativas e nos municípios) e os de esporte, lazer, cultura e as mais variadas manifestações de arte. Seriam inibidas estatísticas assombrosas, que envergonham o Brasil, na Saúde Pública, na evasão escolar, no analfabetismo. Além disso, o mundo inteiro já provou que da quantidade sai qualidade na arte e no esporte. Porém, mais que as centenas de campeões olímpicos, atores, escritores, artistas plásticos, dançamos e outros que vão dar alegria ao Brasil, milhões de crianças e adolescentes vão dar alegria a suas famílias, pois na escola estarão bem tratados e seguros, livres das mazelas das ruas.

Atualmente, pai e mãe trabalham fora (ou gastam o dia na batalha em busca de emprego) e deixam os filhos em casa, já que a Constituição Federal veda o trabalho para menor de 16 anos e permite que se torne aprendiz a partir dos 14. Como passam apenas um período na sala de aula, no restante do tempo ficam à mercê das más influências, inclusive a do crime, conforme atestam todas as entidades e pessoas que trabalham com recuperação de dependentes químicos. Ao oferecer Escola em Tempo Integral, o Poder Público estará tirando a criança da mão do traficante e entregando-a na mão do professor. Além disso, estando dentro da escola a criança fica livre dos acidentes domésticos, que infelizmente se tornaram comuns ao renderem manchetes trágicas em casos de incêndio, e da violência dos invasores de residência, pois representa pouca resistência aos bandidos.

A Escola em Tempo Integral repetirá no Brasil a feliz e agradável rotina dos países vencedores. A criança cursa o currículo normal em um período, na maioria das vezes o da manhã; logo após, são servidas as refeições; em muitos casos, conforme a cultura local e a idade do estudante, dorme um pouco; depois, pratica esportes, tem aulas de reforço, estuda Língua Portuguesa e idiomas estrangeiros, faz cursos de informática, delicia-se com a Literatura, aprende música e outras manifestações artísticas. Enfim, goza do direito que sempre teve à cidadania plena e o Estado não cumpre, por diversos motivos, sempre injustificáveis.

Mais que vital aos métodos pedagógicos modernos, a Escola em Tempo Integral é questão de Saúde Pública. Estando ao alcance dos professores, a criança é acompanhada na amplitude que merece,

por exemplo, quanto à alimentação. Ali, tem a sociabilidade de que vai depender durante a vida inteira, convivendo com os colegas; suas referências de adultos são os pais e os professores, não o traficante do bairro ou os adolescentes violentos que exercem liderança através da força que, em casos cada vez mais freqüentes, é manifestada com a exposição de armas brancas e de fogo. A multiplicidade de atividades, todas produtivas e de caráter educativo, assegura-lhe o crescimento natural, inclusive físico e intelectual.

Onde foi aplicada, inclusive em algumas cidades brasileiras, a Escola em Tempo Integral deu certo. até porque foram feitos os atos preparatórios, como piso salarial para os professores, percentual fixo para investimento em educação, merenda e até o transporte escolar. É necessário consolidar tais conquistas e para isso deve-se contar com a força coercitiva da lei, pois os administradores que têm consciência e boa vontade já a estão implementando, falta dar ao restante o argumento legislativo cabível. Bastam pequenas modificações na legislação, como alterar o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescentar um parágrafo ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. No caso do inciso do artigo 208 da Carta Magna, é suficiente acrescer a frase “em período integral”, conforme grifado abaixo:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental obrigatório, gratuito e em período integral, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”.

Para regulamentar a data limite para a implementação da obrigatoriedade do ensino fundamental em tempo integral, faz-se necessário acrescentar o parágrafo 8º ao artigo 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a seguinte redação:




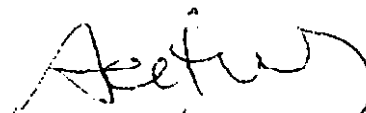
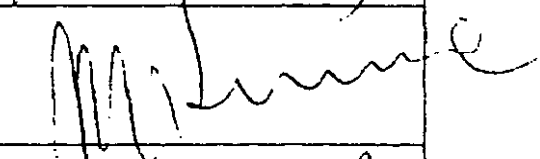
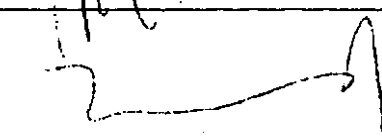
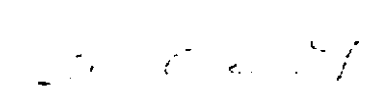
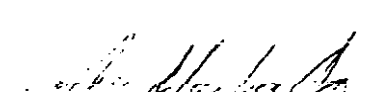

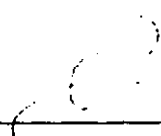
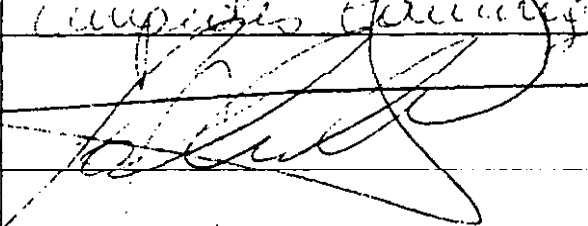
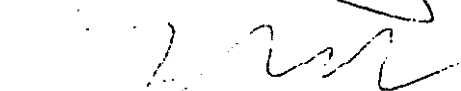
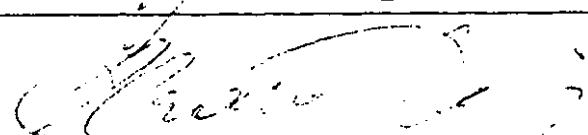
“Art. 60.

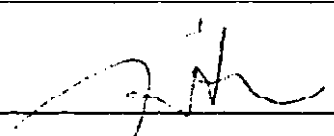
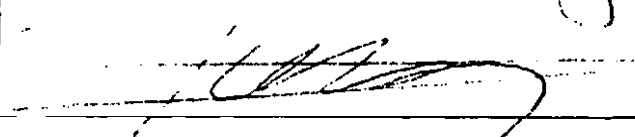
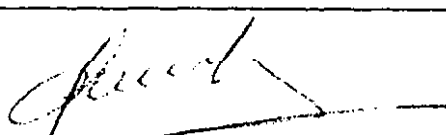
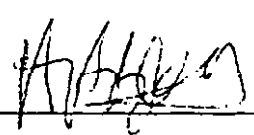

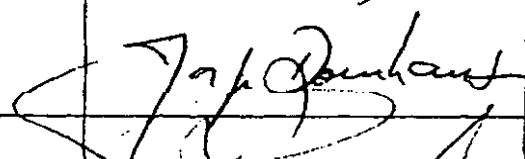
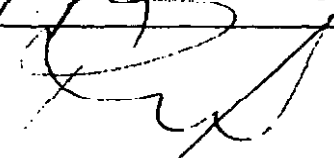
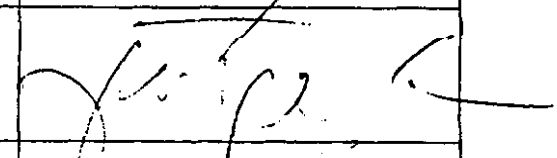
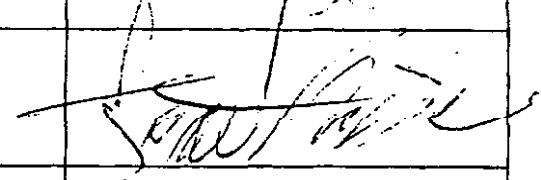
§ 8º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser integralmente implementado de forma gradual pelo Estado até o ano de 2010.”(NR)

O prazo é o suficiente, como quer o próprio Ministério da Educação, inclusive porque os governos estão preparados para assumir o que de há muito é seu dever e sempre foi um direito, inclusive consagrado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Como disse o antropólogo Darcy Ribeiro, um dos mais brilhantes Senadores da história: “Não existe nenhum porco abandonado, mas milhares de crianças comendo lixo”. Se houvesse Escola em Tempo Integral para todas as crianças do Brasil, como as que o próprio Darcy Ribeiro fez no Rio de Janeiro, em vez de comer lixo elas estariam adquirindo sabedoria, tecnologia, saúde, lazer, vida, futuro – enfim, cidadania.

Em face do exposto, solicito aos ilustres Parlamentares o indispensável apoio à aprovação desta proposta de emenda à Constituição, que, se incorporada ao texto da Lei Maior, certamente constituirá um passo importante rumo à situação de justiça social tão almejada pela sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 3 dezembro de 2003. – **Demóstenes Torres.**

	Senador	Assinatura
01		JUVENILDO CAVALCANTE
02	JENAS PINHEIRO	
03	HERDEIRO FORTES	
04	Roberto Inturnino	
05	LEY JANSUNA	
06	MAR ANTE	
07	GARCIALNE ARVES	
08	SILVIA MACILUDO	
09		
10		PAULO OCTAVIO
11		JUVENIO FONSECA
12		RICARDO DIAS

	Senador	Assinatura
13		Fernando Costa
14	Valéria Sadya	Patricia Sadya
15		Paulo Lima
16	Flávio Almeida	Flávio Almeida
17		Luciano
18	LETERO PAER DE BARROS	
19	SEBASTIÃO BORGES	
20	LEWIS BORNHAUSEN	
21	Roberto Lima	
22	JOÃO JUNYER	
23	JOÃO RIBEIRO	
24	HELENA ALLECA	Helena Alleca

	Senador	Assinatura
25	Leandro Sant'Anna	Leandro Sant'Anna
26	Francisco Maciel	Francisco Maciel
27	(Illegible)	ANTONIO DE CARVALHO
28	EFRAIM MORAIS	EFRAIM MORAIS
29	MARIA DO CARMO	MARIA DO CARMO
30	CARLISEISE	CARLISEISE
31	GERSON CUNHA	GERSON CUNHA
32	DELTON	DELTON

LEGISLAÇÃO CORRELATA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 13-9-96:

“I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”

(*)Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 13-9-96:

“I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”

“II – progressiva universalização do ensino médio gratuito;”

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a cha-

mada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS

“Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério.

§ 1º A distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios a ser concretizada com parte dos recursos definidos neste artigo, na forma do disposto no art. 211 da Constituição Federal, é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de natureza contábil.

§ 2º O Fundo referido no parágrafo anterior será constituído por, pelo menos, quinze por cento dos recursos a que se referem os arts. 155, inciso II; 158, inciso IV; e 159, inciso I, alíneas a e b; e inciso II, da Constituição Federal, e será distribuído entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos nas respectivas redes de ensino fundamental.

§ 3º A União complementarará os recursos dos Fundos a que se refere o § 1º, sempre que, em cada Estado e no Distrito Federal, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

§ 4º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ajustarão progressivamente, em um prazo de cinco anos, suas contribuições ao Fundo, de forma a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino, definido nacionalmente.

§ 5º Uma proporção não inferior a sessenta por cento dos recursos de cada Fundo referido no § 1º será destinada ao pagamento dos professores do ensino fundamental em efetivo exercício no magistério.

§ 6º A União aplicará na erradicação do analfabetismo e na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental, inclusive na complementação a que se refere o § 3º, nunca menos que o equivalente a trinta por cento dos recursos a que se refere o **caput** do art. 212 da Constituição Federal.

§ 7º A lei disporá sobre a organização dos Fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como sobre a forma de cálculo do valor mínimo nacional por aluno.”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 04 - 12 - 2003